

Roda de Conversa: Desenvolvimento Rural Sustentável

Documento Síntese – Versão 1 (18.jun.2013)

Local do Evento: São Paulo

Data: 05 de junho de 2013

Horário: 9:00 – 12:30

Expositores:

- Sr. Arilson Favareto: Professor da Universidade Federal do ABC – UFABC, atua na área de sociologia econômica em temas relativos a instituições e políticas para o desenvolvimento territorial sustentável. Graduado em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, é Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Doutor em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo – USP.

- Sr. João Paulo Rodrigues: Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

- Sr. Jorge Artur Fontes Chagas de Oliveira: Presidente da ECOIDEIA - Cooperativa de Serviços e Ideias Ambientais. Graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, é produtor agroecológico e ex-Presidente da Associação de Agricultura Ecológica – AGE.

Mediador:

- André Rodolfo de Lima: Associado do Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS. Graduado em Direito pela USP com Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – UnB, foi Coordenador de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM.

Presentes:

Conselheiros do IDS: Maria Alice Setúbal, Gisela Maria Moreau, Guilherme Leal, João Paulo Capobianco.

Equipe do IDS: Bazileu Margarido, Juliana Cibim, Fabio de Almeida Pinto, Felipe Staniscia, Mariana Vilhena Bittencourt e Stephanie Lorenz.

Convidados Presentes:

- Bento Mineiro: Sociedade Rural Brasileira.

- Carlos Vicente: Associado IDS.

- Carlos Vinícius Dieguez.

- Carolina Miranda.

- Gabriela Lotta: Universidade Federal do ABC – UFABC.

- Jacqueline Bara.

- João Francisco Adrien: Departamento Rural Jovem da Sociedade Rural Brasileira.
- José Gustavo Silva: Observatório Social.
- Luciano Zica: Associado IDS.
- Ludmila do Prado: Revista Digital Sustentabilidade.
- Mariana Gianiki: Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.
- Mariana Moreau: Colaboradora do IDS.
- Rafael Moralez: Universidade Federal do ABC – UFABC.
- Rodrigo Paixão.
- Tadeu Santos.
- Thaís Herrero: Revista Página22.

INTRODUÇÃO

O Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS promoveu, no dia 05 de junho de 2013, Roda de Conversa sobre Desenvolvimento Rural Sustentável, visando subsidiar a construção de diretrizes e propostas para o tema, no âmbito da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável. O evento, mediado por André Lima, associado do IDS, contou com exposições Arilson Favareto, Professor da UFABC, João Paulo Rodrigues, Coordenador Nacional do MST e Jorge Artur, Presidente da ECOIDEIA. Participaram do debate conselheiros do IDS e convidados.

A discussão ocorre à luz das transformações socioeconômicas e os impactos ambientais que aconteceram e acontecem no meio rural brasileiro. A visão tradicional do campo que contrasta com as comodidades da vida urbana gerando intenso êxodo rural, não pode ser mais considerada referência adequada. Observa-se um meio rural cada vez mais diversificado, com uma presença marcante de grandes produtores e seus instrumentos de competitividade por ganhos de escala e tecnologia, pequenos e médios produtores com cultivos diversificados e técnicas diferenciadas de maior valor agregado, mas também aqueles que competem em condições desfavoráveis em mercados “comoditizados”, ocupando áreas marginais, de menor produtividade e menor acesso a assistência técnica.

Neste sentido, o cenário que se desenha, sobretudo diante das pressões por aumento de produtividade por meio da intensificação do uso da terra e da necessidade de ampliação das áreas produtivas, é a expansão de alguns segmentos de maior competitividade absorvendo outros que não possuem os mesmos ganhos de escala e/ou acesso a tecnologia apropriada. Diante disso, foram elaboradas algumas questões norteadoras da conversa, buscando extrair a visão dos expositores e debatedores acerca da melhor forma de se conduzir esse processo.

- 1- Qual o futuro do meio rural brasileiro? Qual deve ser o modelo de produção de alimentos que garanta soberania alimentar, valorização e democratização do espaço rural, preservação ambiental, acesso aos meios de produção e a tecnologias

- adequadas e redução das desigualdades sociais? Como o Governo deve atuar para garantir a implantação de tal modelo?
- 2- É possível implementar uma política territorial rural sustentável integrada e sistêmica que rompa com a cultura setorial predominante nos governos em todas as esferas?
 - 3- A luta pela reforma agrária continua atual? Qual sua relação com a sustentabilidade no campo?
 - 4- Qual a importância da diversificação da produção e da existência de culturas de menor escala neste contexto? E qual a importância da agroecologia neste mesmo cenário?
 - 5- Que papel podem ter as cooperativas neste contexto?
 - 6- Como compatibilizar este modelo com a preservação e valorização do meio ambiente?

Cada expositor teve um tempo aproximado de 20 minutos para as apresentações, seguidas da intervenção do mediador e da participação dos convidados. No encerramento, procurou-se identificar alguns dos principais parâmetros na construção de um meio rural sustentável, onde diferentes atores convivam e promovam o desenvolvimento socioeconômico aliado à conservação dos recursos naturais.

PARTE I – Exposições

Arilson Favareto

Dada a amplitude do tema proposto, esta primeira exposição centrou-se em abordar o momento atual e as perspectivas de futuro do que se denominam regiões rurais brasileiras. Tal conceito deixa claro que estamos falando de uma categoria que envolve as formas da apropriação de um espaço dito rural. Entretanto, a aplicação desta perspectiva encontra inúmeras dificuldades. A principal delas é a própria definição do meio rural no Brasil, que data de 1938 e leva em conta os limites da sede administrativa dos municípios, cenário que já não corresponde à realidade no país. De forma oposta, nota-se cada vez mais uma diluição dessas fronteiras pela integração dos serviços de cada lado dessa divisão, de forma que a vida das pessoas do meio rural não se restringe mais ao sítio, e tampouco essas pessoas dedicam-se exclusivamente à agropecuária.

Assim, Favareto prefere falar em termos de regiões rurais, o que envolve os campos, suas cidades e, sobretudo, as pequenas cidades onde há predominância da atividade rural em relação aos demais setores econômicos. É esse o universo territorial sobre o qual é importante planejar, por exemplo, as políticas públicas e pensar as tendências. O que se nota, entretanto, é uma falta de aderência entre essas políticas públicas e as transformações no meio rural ocorridas nos últimos 15 a 20 anos. A fim de sustentar essa necessidade de atualização das políticas públicas na direção de algo mais coerente com as tendências do rural brasileiro, o expositor define 4 pontos principais de sua apresentação, sendo eles:

- (i) contrastar duas imagens que se tem sobre a realidade rural no país;
- (ii) pontuar tendências em curso, que configurarão o futuro de algumas regiões brasileiras;
- (iii) apresentar breves ideias sobre o desenho de políticas públicas; e
- (iv) prover ideias sobre uma agenda política para o desenvolvimento rural nacional.

Em relação ao primeiro ponto, é destacado que houve, recentemente, uma melhora geral na condição de vida das populações rurais, com milhões de pessoas deixando a linha da pobreza e um aumento de 70% na chamada classe C rural. Estatísticas já demonstram que, atualmente, a pobreza está dividida praticamente igualmente entre campo e cidade. Entretanto, nota-se grande heterogeneidade na manifestação espacial e territorial desses bons indicadores alcançados na década passada. Observa-se que, em cerca de 25% do país, houve um aumento da desigualdade social. Utilizando uma classificação comum em estudos internacionais, que define regiões essencialmente urbanas, regiões essencialmente rurais e regiões intermediárias, com um ou outro centro urbano e onde o rural tem peso elevado, evidencia-se que a diferença entre as regiões rurais e as mais urbanizadas não diminuiu ao longo da década passada. Indicadores como o acesso a saneamento básico demonstram pouca evolução em regiões rurais, enquanto outros, como acesso a educação, são de qualidade muito questionável.

Assim, persistem 2 tipos de desigualdades territoriais históricas no país, aquela referente ao rural versus o urbano, e outra referente ao norte versus o sul. Mais que isso, se, por um lado, há uma situação próxima ao pleno emprego no país, por outro o aumento dos postos de trabalho no meio rural concentrou-se no comércio e serviços, impulsionado pelas políticas de transferência de renda. Sem uma mudança nas bases produtivas nesses territórios, a propagação desta melhora só se daria com intensificação de tais políticas, de elevado custo para o Estado. Há, portanto, clara consolidação da separação entre regiões de produção e regiões de consumo, típica do capitalismo contemporâneo, com aumento de valor agregado em polos industriais urbanos e regiões agrícolas do sul e centro-oeste. O dinamismo da economia acaba por depender do aumento do consumo em algumas regiões, em lugar de se promover um maior dinamismo em regiões interioranas.

A partir desta reflexão, Favareto adentra o segundo tópico de sua exposição, tratando de algumas tendências das regiões rurais brasileiras. A primeira delas é de que a agropecuária, a despeito de sua importância para a economia nacional, é, atualmente, apenas uma das possibilidades de vida das famílias rurais na composição de sua renda e na ocupação da força de trabalho. A segunda delas, é uma tendência à consolidação da dualidade agricultura familiar e agricultura patronal, no contexto da heterogeneidade das formas de produção do agronegócio no Brasil. A terceira tendência importante diz respeito às mudanças demográficas no meio rural, marcadas, sobretudo, pelo (a) envelhecimento da população ligada diretamente à agropecuária, resultando na falta de transferência de conhecimento e abandono de propriedades, (b) pela heterogeneidade dos fluxos migratórios, rompendo a ideia tradicional de migração do eixo norte/nordeste para o eixo sul/sudeste, e (c) pelo crescimento mais acentuado das chamadas regiões intermediárias, ou cidades médias, que podem representar um ponto de conexão importante na oferta de serviços e infraestrutura para as regiões rurais, desde um ponto de vista de planejamento do desenvolvimento regional. Por fim, a quarta e última tendência colocada pelo expositor é a emergência de uma economia da nova ruralidade, que vai além da importante produção agrícola tradicional, de *commodities* e afins. Esses novos vetores econômicos podem ser exemplificados pelo potencial ligado à biodiversidade em vários sentidos, como as biotecnologias e os pagamentos por serviços ambientais, e o desenvolvimento de novas formas de produção de energia limpa.

No terceiro tópico geral da exposição, de foco mais institucional, Favareto destaca a falta de integração entre as diversas políticas públicas para o meio rural. O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, cujos principais pilares são o Pronaf, o INCRA e os programas de compras de produção rural, tentou uma abordagem territorial através do Programa Territórios da Cidadania, cujos resultados foram decepcionantes. Outros programas de grande impacto no espaço rural encontram-se fora do âmbito do MDA, como as políticas de transferência de renda, o Programa Luz para Todos, entre outros. Assim, no desenho das novas políticas, é fundamental (a) uma mudança institucional na forma de ver o que é o rural brasileiro; (b) a definição de indicadores básicos de paridade entre os meios rural e urbano; (c) a criação de um instrumento de regulamentação rural equivalente ao que é o Estatuto das Cidades para o meio urbano; e (d) a definição de uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil rural, que envolve uma reforma das instituições e da legislação, promovendo a integração com centros de pesquisa e a introdução em escala de inovações oriundas das diversas experiências já existentes no país.

Por fim, o expositor destaca um último tema geral de grande importância, que é a questão das forças sociais capazes de levar propostas e projetos com essas adiante, terreno em que considera que o Brasil tem patinado nos últimos 10 a 15 anos.

João Paulo Rodrigues

João Paulo Rodrigues inicia sua exposição ressaltando que não há como discutir o desenvolvimento rural sem discutir o tema da luta de classe, os enfiamentos com os latifúndios, a situação da macroeconomia e o modelo de desenvolvimento que o governo atual aposta e que é hegemônico na sociedade. Tal discussão ocorre em momento ímpar, diante da divulgação do Plano Safra 2013/2014 no valor de R\$ 136 bilhões, sendo que à agricultura familiar são reservados apenas R\$ 18 bilhões, dos quais cerca de R\$ 1 bilhão é destinado a assentamentos da Reforma Agrária.

Assim, o primeiro ponto de diagnóstico do expositor é de que há extrema hegemonia do capital financeiro internacional na agricultura brasileira, como demonstra a concentração da cadeia do agronegócio em 5 grandes empresas transnacionais e o cunho exportador da atividade. Um segundo ponto é a forte dependência do modelo em relação aos recursos naturais de grande escala, exigindo grandes quantidades de terra, de energia e de insumos, para concentrar sua produção em apenas 5 culturas, sendo elas a soja, o milho, o a cana-de-açúcar, o eucalipto e a carne de boi. Adicionalmente, destaca que o atual modelo é fortemente dependente do Estado, tanto em questões de financiamento quanto de pesquisa, como no caso da EMBRAPA e dos centros de ensino em agronomia, considerados por ele uma extensão do agronegócio. Isso é importantíssimo, na medida em que, não se pode esperar melhoria de condições do pequeno produtor se não há tecnologia, conhecimento e assistência técnica para este produtor. Tudo isso é potencializado pela força política do agronegócio, representada pela banca ruralista no Congresso Nacional.

Portanto, caso essas questões não sejam abordadas, não se chega ao centro da questão, e os pequenos produtores seguem à margem do agronegócio. Entretanto, também há certas

contradições levantadas por João Paulo Rodrigues em relação ao modelo vigente, que abrem espaço para uma agenda proposta por organizações sociais.

A primeira contradição levantada é que, dado seu vínculo às leis de mercado internacionais, há uma clara falta de compromisso do agronegócio com a soberania alimentar no Brasil, que é, em teoria, um foco do Governo e de algumas políticas públicas. A segunda contradição é o modelo altamente dependente de agrotóxicos. O Brasil é o país que mais utiliza esses insumos no mundo, com impactos relevantes na saúde e meio ambiente. A terceira contradição deste modelo diz respeito à dependência em relação ao mercado internacional, de modo que crises externas têm grande impacto no desempenho do setor. Por fim, há contradições ambientais e sociais geradas do modelo do grande latifundiário, por vezes de capital estrangeiro, e sua avidez por expansão, com impacto sobre terras indígenas e áreas de preservação ambiental, por exemplo.

Diante de todas essas fragilidades do modelo vigente, João Paulo Rodrigues traz o que seriam propostas, como representante do MST, de uma agenda de reforma agrária popular.

O primeiro item dessa agenda é a democratização do acesso à terra. O Brasil tem, atualmente, um dos maiores índices de concentração de terras no mundo, e há claro movimento de intensificação deste processo. Esta democratização deve vir acompanhada, entrando no segundo item de suas propostas, de um foco da pequena agricultura na produção de alimentos, utilizando processos sustentáveis, livres de agrotóxicos, e conectados à agroindústria, de forma a abastecer, em escala, todo mercado nacional. A produção deve estar conectada com as demandas de Estado, destacando-se alguns avanços já realizados, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Um terceiro ponto na agenda de desenvolvimento do meio rural seria o investimento em educação. Nos últimos 30 anos, foram fechadas mais de 30 mil escolas no campo. O problema da educação não é só de alfabetização, que também é de grande importância, mas deve incluir ensino técnico, universidade, geração de consciência sobre a região em que vive.

A quarta proposta baseia-se na integração das políticas de reforma agrária com as demandas no interior do Brasil, promovendo a contribuição dos assentamentos com as regiões em que inserem e transformá-los em vetores de desenvolvimento regional. Esta ideia se conecta ao quinto e último ponto da agenda apresentada pelo expositor, que é a necessidade de tornar os assentamentos bons locais para se viver, através de políticas públicas que promovam isso, como já começou a acontecer com o acesso a energia elétrica, por exemplo. Demandas como internet, celular, saneamento, entre outras, devem fazer parte da discussão do modelo da reforma agrária, pois assim a juventude tem alternativas de se manter no local e promover seu real desenvolvimento.

Jorge Artur

A partir de sua experiência, Jorge Artur busca expor as dificuldades e possibilidades de uma pequena agricultura sobreviver com qualidade, ofertando produtos não envenenados de reduzido impacto socioambiental, e ao mesmo tempo estar ao alcance de toda a sociedade.

Primeiramente, o expositor destaca a irracionalidade do modelo adotado, onde os grandes investimentos e riscos da atividade possuem baixa remuneração. Assim, o Brasil acaba seguindo uma prática de alguns países temperados, onde a saída para se ter renda é a escala produtiva. Dada a dificuldade de se ter escala de produção com diversidade de cultivos, implantou-se a monocultura com uso intenso de agrotóxicos, contaminando alimentos e ambientes, num processo de homogeneização de produção e de consumo.

Posteriormente, é destacada a dificuldade de competição da agroecologia com a agropecuária tradicional. Não há condições de financiamento e organização para que os pequenos agricultores possam se juntar e competir com produtores de maior escala, de forma que agroecologistas acabam atuando em um nicho de mercado de consumo consciente, onde a produção artesanal e os reduzidos impactos socioambientais são valorizados.

Neste sentido, Jorge Artur coloca alguns pontos de reflexão para serem observados. Como produzir de forma saudável, sem riscos à saúde, e conectar essa produção com o mercado consumidor de forma eficiente? Como trazer satisfação e renda às populações rurais? E, por último, como trazer um equilíbrio no processo, resultando em autossuficiência dos produtores?

PARTE II – Debate

Proposta de Debate

Visando iniciar os debates, André Lima coloca algumas questões baseadas nas falas dos expositores. A Arilson Favareto, o mediador pede maior aprofundamento nos problemas do Programa Territórios da Cidadania, sobre o qual havia grande expectativa por se tratar de uma abordagem diferenciada do rural brasileiro no âmbito de políticas institucionais. Além disso, questiona quais seriam possíveis arranjos para solucionar essas questões e qual o papel do Ministério da Integração Nacional – MI neste contexto, considerando iniciativas existentes como os zoneamentos ecológicos econômicos e o papel dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

A João Paulo Rodrigues, André Lima propõe a retomada da discussão sobre Reforma Agrária, seu papel, a forma como ela vem sendo desenvolvida e pode vir a ser ampliada no país.

Ao expositor Jorge Artur, o mediador recomenda uma ampliação no tema dos desafios enfrentados pelo produtor orgânico no mercado nacional, mencionando políticas existentes que possam ser potencializadas, movimentos que possam representar grandes mudanças na agroecologia no Brasil. Qual a importância da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO e seus instrumentos? São soluções interessantes para incentivo da produção sustentável do pequeno agricultor?

Respostas à Proposta de Debate

Iniciando a roda de respostas, Jorge Artur menciona que os principais desafios dos produtores agroecológicos residem em: (i) o modelo de produção estabelecido e incentivado, que vai na contramão da ideia de diversidade de cultivos coerente com o ambiente tropical do país; (ii) o custo da produção agroecológica, cuja escala econômica horizontal não se viabiliza com menos

30 a 40 espécies comerciais de pequena escala, além da demanda por certificação de uma sociedade da desconfiança; e (iii) um mercado consumidor doutrinado com hábitos homogêneos de alimentação, que não permite sazonalidades nos cultivos. Nesse sentido, políticas públicas para o setor devem considerar as particularidades de cada região, como custos, hábitos de consumo e produção.

Desde uma perspectiva mais positiva, Jorge Artur ressalta a qualidade de vida atingida pelo produtor e pelas comunidades que se associam na produção orgânica, de forma a se organizar para viabilizar sua autossuficiência e escalas comerciais. Além disso, destaca que a vasta diversificação de cultivos promove uma geração de renda mais constante e uso intenso de mão-de-obra, como notáveis benefícios socioeconômicos.

Arilson Favareto, relata as frustrações com o Programa Territórios da Cidadania. Segundo ele, é necessário entender a história do programa, que se inicia com vertente de infraestrutura do Pronaf voltada à abordagem mais territorial, que passa a ser chamada de Território da Identidade no início do Governo Lula. Com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, no âmbito do MDA, foram repassados recursos aos municípios elaborarem seus planos. Esse modelo teve como vantagem sua conotação de início de planejamento de escala intermunicipal, em lugar de unidades produtivas pontuais. Entretanto, como primeira desvantagem, dado que o programa encontrava-se no âmbito do MDA, houve um estreitamento da ideia de desenvolvimento territorial para desenvolvimento agrícola em escala territorial ampliada, isto é, não se pensou na possibilidade de diversificação das economias. A segunda desvantagem foi que os planos apresentados para liberação dos recursos eram de grande superficialidade, não representando projeto de futuro das regiões ou caminhos para uma mudança na estrutura regional de então.

Logo, no início do segundo mandato de Lula, é criado o Programa Territórios da Cidadania, envolvendo de 16 a 18 ministérios, no qual se depositou grande expectativa em função de se tratar da primeira iniciativa dessa envergadura que elegia as regiões rurais do Brasil como base de propostas de desenvolvimento. O posterior fracasso do plano, segundo Favareto, deveu-se a dois aspectos. Primeiro, porque não envolvia, por exemplo, o Ministério da Indústria, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Turismo, ou seja, foi posicionado como um programa de políticas sociais rurais, enquanto que o Brasil “competitivo” era atendido pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. A segunda razão para fracasso seria a lógica de políticas públicas, em que cada um dos ministérios pontuava sua disponibilidade de recursos para determinado tema e os oferecia segundo algumas prioridades, sem articulação e integração efetiva entre estes ministérios envolvidos. Ou seja, o programa acabou por representar um pacote pronto de medidas, que passou a ser refutado pelos próprios fóruns territoriais, colegiados e conselhos.

Questionado se este fora substituído pelo Brasil sem Miséria, Favareto acredita que sim desde o ponto de vista de grande vitrine das políticas sociais rurais do governo, porém não no sentido de por em marcha instrumentos e estratégias capazes de estruturar o futuro das regiões rurais brasileira em outras bases. O expositor acrescenta que considera que o arranjo institucional adequado para traçar novas perspectivas de futuro para o meio rural deve ir além de alguns importantes instrumentos existentes, como o zoneamento ecológico econômico.

Deve envolver coalizões sociais, isto é, uma ampla mobilização de atores nas regiões rurais capazes de reestruturar e melhorar as condições da vida social e econômica nesses locais. Adicionalmente, isto deve ser acompanhado de formas de gestão inovadoras destas iniciativas, espaços de gestão social e coletiva que possam dialogar e promover a integração entre esses vários atores. Como exemplo, houve uma tentativa da criação de consórcios de prefeituras na década passada, que poderia ser ampliado para um modelo com participação de outros agentes públicos, privados e organizações sociais.

Finalizando a roda de respostas às colocações do mediador, João Paulo Rodrigues centra-se na questão da Reforma Agrária, colocando que os países que a concretizam, o fizeram sob duas perspectivas: ou uma iniciativa burguesa de resolver questões agrícolas no interior, ou através de revoluções. Em sua opinião, no Brasil não temos nenhuma das duas situações em curso. Quando, década de 80, José Gomes da Silva pensou na Reforma Agrária no Brasil, dizia que deviam ser assentadas, já de início, 1 milhão de famílias, de forma a dar força ao movimento para competir com os latifúndios.

Embora o Governo Federal afirma ter assentado mais de 500 mil famílias nos últimos 10 anos, os números do MST são muito inferiores, da ordem de 200 mil famílias. Segundo Rodrigues, essa discrepância advém de três fatores: (i) 30% dos assentados durante o Governo Lula são ocupações de lotes vagos, ou seja, antigos assentamentos em lugares, à época, remotos que foram abandonados; (ii) outra parte refere-se a títulos concedidos em função de regularização fundiária de posses e contabilizada pelo Governo como se fosse Reforma Agrária; e (iii) assentamentos estabelecidos em terras devolutas (e, portanto, públicas) na Região Amazônica, o que não representa desconcentração fundiária.

As razões da não aplicação de uma verdadeira Reforma Agrária, segundo ele, são várias, dentre as quais o modelo especulador do agronegócio que levou a terra a um patamar de preço que dificulta desapropriações, as terras desapropriadas “paradas” no poder judiciário e a escassez de recursos do Governo aplicados nos assentamentos, que são da ordem de R\$ 1 bilhão, frente aos R\$ 130 bilhões de financiamento do Plano Safra do Agronegócio.

João Paulo Rodrigues também ressalta avanços alcançados em relação aos assentamentos da Reforma Agrária no Brasil. Inicialmente, tem-se a eletrificação, que melhorou a condição de vida dos assentados. Em segundo lugar, houve uma melhora, embora insuficiente, da assistência técnica para produção, através dos centros de extensão rurais. Por último, e mais importante, volta a ressaltar as políticas de compras do Governo Federal, como o Programa de Alimentação Escolar – PNAE, que exige que 30% da merenda escolar provenha da agricultura familiar, contribuindo para que muitas famílias tenham meios de escoar sua produção e deixem a miséria.

Dentre os gargalos estruturais da Reforma Agrária, são destacados: (i) há 130 mil famílias acampadas em todo o país, sendo que nenhuma foi assentada em 2012, e a expectativa de 2013 é de que sejam assentadas apenas 7 mil delas; (ii) o crédito, visto que o assentado necessita de mais recursos que um pequeno agricultor já instalado há muitos anos para viabilizar sua produção e adquirir complementos de meios de vida, diferenciação esta não adequada no âmbito do Pronaf; e (iii) estruturas adequadas de agroindústria, que viabilizem a vazão de produtos em maior escala.

Participação dos Convidados

Iniciando a rodada de participação dos convidados, João Paulo Capobianco complementa ponto levantado por Favareto do Programa Territórios da Cidadania, afirmando que, embora seu centro fosse o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, sua articulação era feita através da Casa Civil. Partindo de dois outros exemplos vivenciados no Ministério do Meio Ambiente, referentes ao combate ao desmatamento na Amazônia e a construção na Rodovia BR 163, que também visavam atingir todos os ministérios de forma transversal e criar uma agenda de integração, parece-lhe que não há apropriação dessas oportunidades pelas forças produtivas. Portanto, há ideias, projetos de soluções, porém há uma aparente incapacidade da sociedade nessas regiões mais deprimidas de acessar e fazer uso de eventuais oportunidades abertas, inclusive pelo poder público, por diversas razões, que envolvem questões básicas, como falta de capacitação, de formação e de educação.

Arilson Favareto acredita que há problema nos dois polos. No caso do Territórios da Cidadania, por exemplo, tanto os instrumentos estavam mal desenhados, quanto as forças sociais estavam mal dispostas. Em qualquer política que enfocarmos, há erros de concepção, que devem se integrar e servir de experiência na construção de novos modelos. Além disso, acredita que há, de fato, problemas de capacidades, não só de escolarização, mas de dificuldades em ver concretamente a possibilidade de realização de um futuro diferente. Neste caso, deve-se, em sua opinião, adotar duas linhas estratégicas: uma mais de médio e longo prazos, com aumento da escolarização e democratização das políticas, com consequente aumento da base de conhecimento da sociedade, e também com um “choque” de curto prazo, representado por um arranjo que abra janelas de oportunidades.

Um caso de relativo sucesso institucional e de mobilização de atores é o mercado brasileiro de biodiesel, que em 10 anos de existência propiciou a criação de empresas no setor e beneficiou diretamente a agricultura familiar. Isto porque havia um mercado demandante, a partir dos percentuais de adição obrigatórios de biodiesel ao combustível tradicional, e incentivos para que este mercado demandante integrasse a agricultura familiar em sua cadeia, tais como prioridade nos leilões de compra, acesso facilitado a recursos do BNDES e isenção de impostos. Viabilizou-se, de forma conjunta, o acesso à oportunidade e os arranjos entre atores para acessá-la. Ainda assim houve alguns resultados indesejados, como a concentração excessiva do mercado produtor de biodiesel, o direcionamento de áreas produtivas para o fomento do transporte individual e a não realização das expectativas de produção do biodiesel de mamona, que tenderia a beneficiar agricultores familiares em regiões de menor renda. Ainda assim, a retomada de regiões abandonadas para plantio da mamona, aumentou a produção de outros alimentos, dada sua característica de plantio consorciado com arroz e feijão na Região Nordeste.

Enfim, quando se fala de desenvolvimento para o Brasil rural, deve-se, de um lado criar instituições e competências no âmbito do estado, e de outro lado, criar capacidades a partir disso, isto é, incentivos e arranjos entre atores que viabilize a oportunidade identificada.

Questionado por João Paulo Capobianco se o segmento da agricultura orgânica e agroecologia podem ser alvos de uma política com estas características, Favareto observa que, tanto neste mercado como no de fármacos, energia e outros que envolvam biotecnologia, há uma questão

prévia fundamental, que é a organização social de mercados. Não se pode esperar que a demanda encontre a oferta espontaneamente, porém isto pode ser favorecido por uma arquitetura social que envolva todos os vetores do que chama de nova ruralidade. Mais uma vez ressalta-se a necessidade de construção de capacidades, visto que, por exemplo, não há assistência técnica especializada nesses mercados e a formação acadêmica não foca nesses segmentos de forma relevante. Portanto, trata-se de pensar em arranjos que permitam organizar socialmente esses mercados mais promissores, o que pode ser feito de diversas formas, como através da articulação das prefeituras no âmbito dos pequenos municípios rurais.

João Paulo Rodrigues concorda que é fundamental a participação do Estado na organização da agricultura como um todo. Em sua opinião não há, hoje em dia, um projeto governamental claro de como lidar com a agricultura, o repasse de recursos e as formas de realizar esse projeto. Há exemplos como o do Pronaf, onde os assentados têm dificuldades de ter seu crédito aprovado pelos bancos intermediários, e do programa de habitação, onde recursos do Incra eram geridos pela Caixa Econômica Federal. O próprio Incra não demonstra-se uma instituição eficiente, visto que se tarda muitos anos entre a desapropriação de áreas, assentamento de famílias, acesso a crédito produtivo, criação de agroindústria, etc. Outra situação representativa do vazio deixado pelo Estado em alguns casos foi a ação do Governo de Fernando Henrique Cardoso de acabar com as estruturas de extensão rurais, deixando sua função para ser cumprida por ONGs, que representou inúmeros problemas e desamparo para o MST. Portanto, este arranjo institucional deve ter foco local, porém articulando-se com uma política nacional de organização da produção agrícola.

Jorge Artur complementa a discussão sobre o mercado de produtos orgânicos, afirmando que há uma questão de preços. Nos mercados convencionais o preço não reflete uma série de impactos e custos da produção, uma lógica difícil de ser revertida, considerando que não há incentivos relevantes para este segmento produtivo que leve em conta suas particularidades.

André Lima destaca alguns pontos do debate até então. Inicialmente, pontua a importância da questão dos gargalos e desafios institucionais para formulação, implementação, monitoramento de políticas com foco regional, trazidas por Arilson Favareto. Em relação à produção orgânica, ressalta a dificuldade de acesso a crédito e as demais barreiras ao desenvolvimento deste segmento, propondo também maior aprofundamento no papel das cooperativas nesse contexto. Por fim, destaca a questão da Reforma Agrária e seus desafios quanto a travas jurídicas, acesso diferenciado a crédito, desenvolvimento agroindustrial, entre outros.

Mariana Moreau acrescenta a discussão sobre monopólio e distribuição de sementes, e a inclusão disso numa política pública para viabilizar a agricultura ecológica, com iniciativas como a integração e troca entre os pequenos produtores.

Luciano Zica enaltece a participação de João Paulo Rodrigues e acrescenta a importância de um aprofundamento nos debates relativos à importância da integração dos assentamentos de Reforma Agrária, dadas as experiências históricas existentes, de êxito como no caso da participação econômica destes no Município de Promissão, e de fracasso como no caso de algumas cooperativas que não se organizaram de forma correta.

Carlos Vinícius Dieguez relembra a concentração da pauta de exportação agropecuária brasileira em 5 produtos: soja, cana, milho, eucalipto e carne bovina. Dado o foco exportador e a demanda mundial por esses produtos, pergunta se seria viável exportarmos uma produção orgânica equivalente, garantindo a remuneração adicional pelo maior custo deste modelo produtivo. André Lima sugere que seja incluída na resposta a questão das cooperativas e seus diversos modelos, bem como uma questão política, isto é, a forma como esses segmentos podem ter uma representação condizente com sua importância e que defenda seus interesses frente a outros segmentos mais articulados politicamente, como o do agronegócio.

Bazileu Margarido relaciona diversos aspectos, de forma a ampliar a discussão. Como falado, há uma pauta produtiva exportadora focada em 5 produtos, controle da cadeia do agronegócio por poucas grandes corporações, o crescimento da produção de grãos em escala global não acompanha o crescimento populacional e, conseqüentemente, a demanda externa pressiona por aumentos de produção no Brasil. A demanda por uso da terra para a produção de alimentos concorre ainda com a questão da energia, que se intensifica a partir da biomassa, o setor de papel e celulose e, por fim, a necessidade de preservação da biodiversidade, que acaba se convertendo na variável de ajuste aos planos de expansão concorrentes dos setores citados. Por essa razão, a perspectiva de ampliação deste modelo é olhada com preocupação. Considerando estes fatores, Bazileu propõe a reflexão sobre a possível revisão deste modelo em outras bases e a construção de uma coalizão social que viabilize este novo modelo e responda a esses desafios.

PARTE III – Encerramento

Considerações Finais

João Paulo Rodrigues faz suas considerações finais em cima das questões colocadas pelos convidados. Inicialmente, a respeito da agricultura orgânica, afirma que não se pode tratar o tema como uma moda ou tendência, deixando que o mercado se aproprie deste segmento como bem entender, caso contrário a expansão das oportunidades a ele vinculadas pode gerar concentração similar ao mercado convencional, mantendo o pequeno agricultor à margem dos ganhos. O expositor ainda ressalta a situação das sementes, citada no debate, mercado no qual não há sequer uma empresa nacional de porte, estando praticamente toda a demanda suportada por empresas internacionais.

O segundo ponto por ele levantado é a importância da cooperação no campo, de maneira mais ampla. Apesar do importante papel das cooperativas, a cooperação no campo se dá também de outras maneiras. A ideia de um pequeno produtor, seja ele assentado, quilombola ou outra condição, que tem como núcleo de produção e desenvolvimento a família, não parece ser mais a realidade do campo. Portanto, a organização da agricultura familiar deve ser pensada a partir do núcleo de produção de cooperação dos trabalhadores de um determinado território de uma determinada região, considerando as comunidades em que estão inseridos. Só assim haverá padrões e escala para desenvolvimento de uma agroindústria, por exemplo. Essa cooperação pode representar importante vetor de desenvolvimento e contribuir na construção de uma agenda política de organização, produção e relação com outros setores.

Por fim, João Paulo volta a destacar que o Estado deve estar presente na organização agrícola no país. Sem o real engajamento do Governo, em seus diversos âmbitos, com o suporte ao pequeno produtor, é difícil imaginar um arranjo que viabilize uma agroindústria para este segmento, por exemplo. O apoio do Estado a essa causa ainda contribui para evitar que estes pequenos produtores sejam “engolidos” pelo agronegócio, como já ocorre na maior parte do país, resgatando as funções principais da atividade, que são a produção de comida, geração de empregos e assim por diante.

Jorge Artur foca suas considerações finais na questão da agricultura orgânica, lembrando que os princípios da agroecologia se assentam na autossuficiência e autogestão das comunidades locais. O movimento alternativo que evoluiu para a chamada permacultura não se baseia apenas na produção de alimentos e na geração de renda, mas de um movimento cultural pautado em células comunitárias. Produção e consumo estão intimamente ligados e ocorrem em uma escala local. Portanto, a própria consideração de ganhos de escala para exportação ou abastecimento de regiões distantes vai contra o conceito da agroecologia.

Arlson Favareto, por sua vez, começa destacando a necessidade de se pensar em uma transição, de horizonte próximo a 10 anos, num modelo extremamente consolidado de privilégio ao patrimonialismo e grandes empreendimentos para um modelo que garanta o desenvolvimento dos diversos atores do meio rural. Logicamente, a dependência econômica do país em relação ao agronegócio que se traduz em força política deste setor, cuja face pública é notadamente conservadora, representada pela bancada ruralista e seus interesses. Se, por este lado, é difícil vislumbrar mudanças, há janelas de oportunidades e limitações deste modelo que podem resultar em alternativas de futuro. A atual agenda mostra sinais de envelhecimento, de forma que os vetores políticos e programas que materializaram os ganhos da década passada, com todos os problemas sociais e ambientais a eles associados, dão sinais de esgotamento. Um exemplo disso é que 3 das 4 pré-candidaturas para as eleições presidenciais de 2014 são oriundas da mesma coalizão que chegou ao poder em 2002.

É justamente essas divisões na política, e entre os portadores sociais de suas agendas, que abre espaço para novas possibilidades. E a construção deste novo cenário deve ser feita de forma equilibrada, sem buscar uma única solução mágica, porém sem também criar uma colcha de retalhos de ideias. Assim, Favareto propõe 4 vetores de transformação do meio rural brasileiro, que podem servir de base para as propostas neste caminho.

- (i) aumentar a sustentabilidade da produção agrícola brasileira e diminuir as bases da competitividade espúria do setor primário nacional, fazendo uso de instrumentos já existentes, como o ITR, cadastro de terras, etc.;
- (ii) aumentar o espaço da agricultura familiar na sociedade, seja econômico, político ou simbólico, com ações como a valorização do Pronaf e mudança na lógica sob o qual são estabelecidos os assentamentos rurais, aproximando-os à demanda e a recursos estruturais;
- (iii) implementar forte estratégia de diversificação econômica produtiva nas regiões rurais, dada a queda acentuada da população rural que depende diretamente da agropecuária, ; e
- (iv) definir metas de paridade entre as regiões rurais e urbanas um conjunto selecionado de indicadores, como educação, mortalidade infantil, expectativa de vida e acesso a determinados equipamentos de saúde.

Concluindo, Favareto acredita que a implantação de uma política com essas características passa, primeiramente, pelo acordo sobre um conjunto de grandes objetivos que podem materializar uma estratégia clara, ao invés de uma pulverização em torno de um conjunto de propostas. A partir daí, pode-se identificar os interlocutores formadores das coalizões com potencial de levar essa agenda adiante, em dois âmbitos, um mais doméstico, como a integração entre organizações sociais rurais e ambientalistas, e um mais amplo, envolvendo setores no empresariado e outros setores nas estruturas políticas nos pequenos municípios, por exemplo.

André Lima e João Paulo Capobianco encerram o evento destacando a grande amplitude de temas discutidos e as importantes diretrizes de propostas que emergiram ao longo do debate, ressaltando o caráter prioritário do tema para o IDS e para se pensar em um país democrático e sustentável.

Pontos a serem discutidos futuramente

- ✓ Quais são os melhores critérios para a definição rural X urbano?
- ✓ Como deve ser feita a articulação entre ministérios para garantir a efetividade das políticas públicas territoriais para o meio rural?
- ✓ Qual deve ser o modelo de Reforma Agrária no Brasil?
- ✓ Qual deve ser o modelo de cooperação no campo? Como estabelecer coalizões sociais capazes de levar a agenda do setor adiante? Quem deve participar?
- ✓ Qual o impacto do desenvolvimento da pequena agricultura na soberania alimentar? Quais os riscos para o Brasil de seguir no mesmo modelo de favorecimento ao agronegócio exportador?
- ✓ Quais são os indicadores que devem ter metas comuns para os meios rural e urbano?

Consensos e conclusões que possam ser incorporados à Plataforma

- ✓ O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento rural territorial, em lugar de planos setoriais desarticulados e centrados na ideia de um meio rural exclusivamente agrícola.
- ✓ O pequeno produtor deve ser valorizado na construção de um meio rural diversificado e dinâmico, através de políticas públicas apropriadas e de sua integração com centros de consumo.
- ✓ A diferença entre os recursos investidos pelo Governo nos Plano Safra do Agronegócio e da Agricultura Familiar demonstram a manutenção de um modelo rural que consolida.
- ✓ A Reforma Agrária, da forma como vêm sendo feita, isola o pequeno produtor em áreas carentes de infraestrutura e de acesso a mercados consumidores.
- ✓ A agroecologia é uma vertente da pequena agricultura com mercado consumidor crescente, e que gera relevantes ganhos socioambientais, devendo ser estimulada.